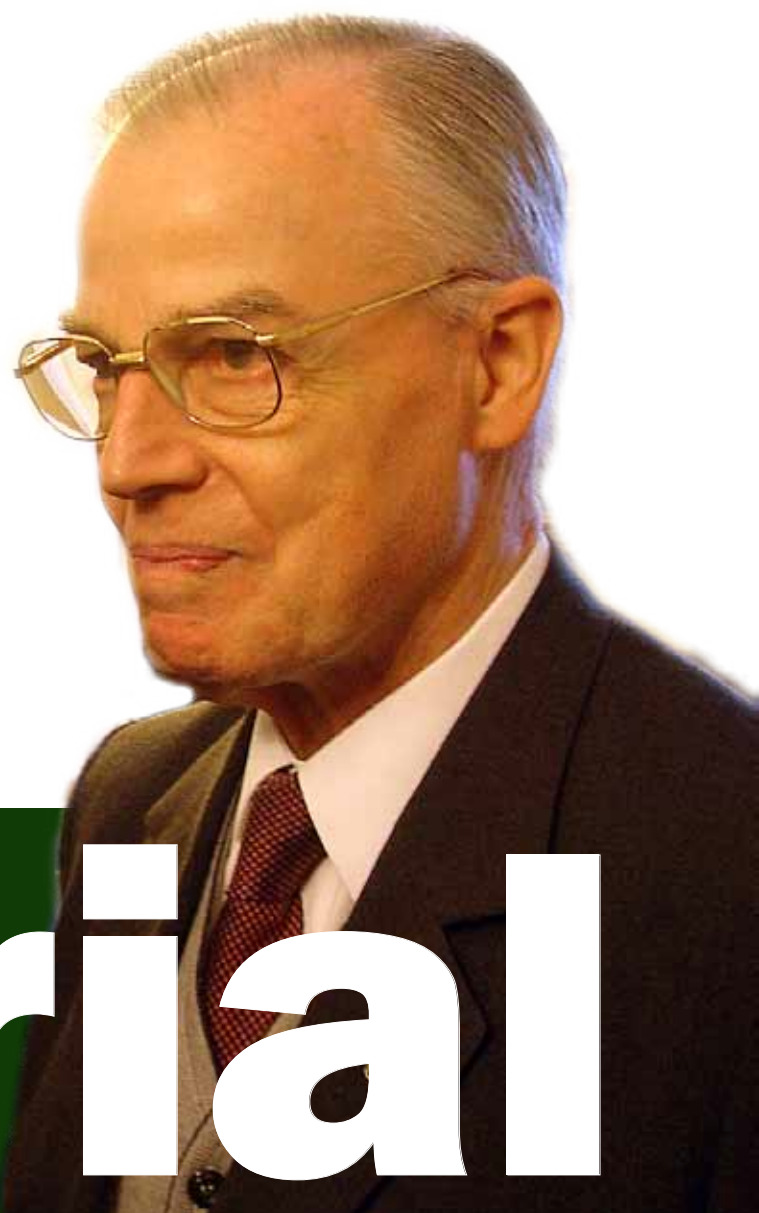




**Igreja Matriz em Congonhas será restaurada. Pág 15**

**O IBI saúda o aniversário de Sua Alteza Imperial e Real Príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança. Leia na Palavra do Presidente. Pág. 3**



# Gazeta **Imperial**

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial Fevereiro de 2012 Ano XVI Número 194 [www.brasilimperial.org.br](http://www.brasilimperial.org.br)



## **Identidade Brasilis**

*É possível considerar uma nacionalidade partindo-se de pressupostos locais e os tornando regra geral? Esquecendo-se das peculiaridades dos demais, em um misto de competição e segregação regional? Não é. Pág 11*

## Palavra do Presidente

# Parabéns D. Bertrand!

**No dia 2 de fevereiro comemora-se os 71 Anos de Sua Alteza Imperial e Real Príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança. O Príncipe Imperial do Brasil Nasceu em 02 de Fevereiro de 1941 em Mandelieu. É irmão do Atual Chefe da Casa Imperial Do Brasil Dom Luiz de Orleans e Bragança.**

### **A Dom Bertrand os Sinceros Parabéns de todos os Monarquistas do Brasil!**

O Príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil é o terceiro dos doze filhos do Príncipe D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança (1909-1981), Chefe da Casa Imperial do Brasil até seu falecimento; é neto de D. Luiz de Orleans e Bragança (1878-1921), o Príncipe Perfeito, bisneto da Princesa Isabel, a Redentora, e trineto do Imperador Dom Pedro II, último monarca dos brasileiros. Os Imperadores do Brasil, bem como os Reis de Portugal desde o século XVII, pertenceram à dinastia de Bragança, a qual teve sua origem em fins do século XIV, na figura heróica e legendária do Santo Condestável de Portugal, o Bem-Aventurado D. Nun'Alvares Pereira.

Por sua Mãe, a Princesa Dona Maria da Baviera de Orleans e Bragança, D. Bertrand herdou as tradições da Família de Wittelsbach, a Casa Real da Baviera, uma das mais antigas da Europa, remontando ao século IX. Por seu bisavô o Príncipe Gastão de Orleans, Conde d'Eu, esposo da Princesa Isabel e herói da Guerra do Paraguai, D. Bertrand descende da Casa Real Francesa, provindo em linha direta de Hugo Capeto e de São Luís IX, o Rei-Cruzado.

Descendendo de Reis, Santos e Heróis, de Fundadores de Impérios e Cruzados, o Príncipe Imperial recebeu uma educação à altura das tradições que encarna. Nasceu em 1941, em Mandelieu, no sul da França, onde o exílio da Família Imperial e a II Grande Guerra retivera seus Pais, D. Bertrand veio para o Brasil logo após o término do conflito. Realizou seus estudos secundários em parte no Estado do Paraná, onde seu Pai se instalara como fazendeiro, em parte no Colégio Santo Inácio, dos padres jesuítas, no Rio de Janeiro. Cursou depois a tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, de São Paulo, formando-se como advogado em 1964.

Desde muito jovem recebeu esmerada formação católica, sendo orientado por seu Pai para o gosto pelo estudo doutrinário e a análise dos acontecimentos nacionais e internacionais. Participou

com entusiasmo, nos bancos acadêmicos, das pugnas ideológicas que marcarão o Brasil na primeira metade dos anos sessenta. Foi sua formação completada com freqüentes viagens à Europa, uma das quais deu-se durante toda a primeira Sessão do Concílio Vaticano II, quando o jovem Príncipe tomou estreito contato com a intelectualidade católica ocorrida a Roma para o magno evento.

D. Bertrand vem dedicando, pois, sua existência à difusão dos ideais católicos e monárquicos, vistos por ele como facetas distintas e harmônicas de um mesmo ideal. Tornou-se conferencista sempre mais solicitado, impressionando os auditórios não menos pela clareza da exposição que pelo forte efeito de sua personalidade, marcada a fundo pelos princípios que professa. Falou assim muitas vezes para variados públicos de nosso extenso território, participando também de congressos e seminários, atividade depois estendida à maior parte dos países da América do Sul e também aos Estados Unidos e Canadá. Com a ascensão, em 1981, de seu irmão primogênito D. Luiz à Chefia da Casa Imperial do Brasil, D. Bertrand, que é seu imediato sucessor dinástico, assumiu a direção do Secretariado respectivo, incentivando a atividade dos monarquistas disseminados pelo País e liderando uma campanha nacional para a eliminação da Cláusula Pétrea —dispositivo legal que desde a implantação da República vedava toda atividade e propaganda monárquica — aspiração finalmente acolhida na Constituição promulgada em 1988, a qual ademais convocou o Plebiscito de 1993 para determinar a forma e regime de governo a vigorarem no País.

Coube assim a D. Bertrand a chefia da grande campanha que, sob a orientação do Príncipe D. Luiz, visava conduzir ao voto vitorioso o encoberto sentimento monárquico de um grande número de brasileiros. Isto o levou a uma infatigável atividade de propulsão e coordenação, multiplicando entidades monárquicas por todo o País e viajando ele próprio — ao mesmo tempo que o Chefe da Casa e out-

ros Príncipes seus irmãos — por todo o território nacional, tornando conhecidos de grandes públicos os seus predicados de inteligência, preparo e idealismo. Marcaram essa fase memoráveis confrontos televisivos, nos quais D. Bertrand se sobressaiu ante seus opositores, ora derrotados, ora conquistados.

Na verdade, a liberdade de escolha então oferecida aos brasileiros para optar entre Monarquia e República, após 104 anos de vigência desta, foi mais aparente do que real. A irregular antecipação da data fixada para o plebiscito, assim como a regulamentação do horário eleitoral impedindo que tanto D. Luiz como D. Bertrand dele pudessem participar, reduziu enormemente a irradiação que a presença e as propostas de ambos invariavelmente produziam.

Nessas condições, os 13% de votos válidos obtidos pelos monarquistas no pleito de 1993 foram considerados pelos observadores como uma sólida base para uma ação de mais longo alento. Essa ação, de cunho cultural e não partidário, se vem desenvolvendo presentemente através da rede de organizações monárquicas que a campanha do Plebiscito deixou estabelecida.

A partir de então, multiplicaram-se as viagens para palestras e visitas comemorativas a países — além dos mencionados — como Reino Unido, Polônia, Estados Unidos, Argentina, Chile, Uruguai, numa agenda que concorre com múltiplas solicitações do próprio Brasil. Destaca-se, mais recentemente, a prestigiosa visita ao Texas e Louisiana. A Louisiana comemorava oficialmente os 300 anos de presença francesa. Por parte dos americanos, a acolhida ao Príncipe Imperial, como descendente do Rei S. Luiz IX da França, foi calorosa quando não entusiástica. Terminou sua viagem, durante a qual tomou contacto com altos dignitários do Estado de Louisiana, na cidade de Nova Orleans, fundada por seu antepassado Gastão, Duque de Orleans.

O Príncipe Imperial orientou e participou ativamente do projeto da Pró Monarquia

/ Juventude Monárquica Rumo aos 500 anos, o qual, a propósito da comemoração do V Centenário de nosso descobrimento, tinha como objetivo resgatar a história autêntica de nosso País. No desenrolar desse projeto, D. Bertrand proferiu inúmeras palestras, incluindo diversas em instituições de ensino superior.

No contexto do mencionado projeto, D. Bertrand viajou neste ano a Portugal, onde participou de eventos promovidos conjuntamente pelo movimento monárquico português e pelo brasileiro, sendo de ressaltar as conferências proferidas na Universidade Católica do Porto e no Instituto Superior de Ciências Políticas em Lisboa, sobre o V Centenário. No tocante a temas em debate no mundo de hoje, D. Bertrand, coerentemente com seu pensamento, se posiciona claramente no campo da propriedade privada, livre iniciativa e respeito ao princípio de subsidiariedade, o qual limita o Estado ao âmbito que lhe toca por sua natureza. Tendo bem claro que os problemas sociais não são senão reflexo de outros mais profundos, de ordem moral, tem sido um constante defensor da instituição da família, bem como do sagrado direito da vida, sustentando com vigor os ensinamentos da doutrina tradicional da Igreja nessas matérias.



**Comendador Antonio da Cruz**  
Presidente do Instituto Brasil Imperial



## Artigo

# Sem rei nem lei a república do pão e circo

*O golpe de estado perpetrado pelo marechal Deodoro da Fonseca foi um retrocesso em todos os sentidos. Começando pela censura à imprensa, cujos jornais eram empastelados e seus jornalistas, presos. O Estado de Direito continua sitiado no país. Não mais pelos militares e, sim, pelos próprios civis, através do autodenominado “movimento social”, que não passa da velha política de cabresto dos coronéis por outros meios*

**José Maria e Silva é jornalista e sociólogo**

Publicado no *Jornal Opção* e no site *Mídia sem Máscara*

Em breve, o Brasil terá uma nova Constituição. Trata-se da Lei Geral da Copa, que revoga todas as disposições em contrário, começando pela soberania da nação e a cidadania dos indivíduos. Em seu período de vigência, durante a Copa do Mundo de 2014, a Lei Geral da Copa irá revogar garantias constitucionais e tornará nulas várias leis federais, estaduais e municipais. Executivo, Legislativo e Judiciário terão seus poderes suspensos e o Estado brasileiro ficará entregue ao governo da Fifa (Federação Internacional de Futebol). O povo brasileiro, que sempre viveu de pão e circo, vai consolidar sua imagem no mundo: a de País do futebol e do carnaval, em que as pessoas são destituídas de cérebro, pois só funcionam da cintura para baixo — as mulheres rebolando e os homens jogando bola. Como chegamos a isso? É provável que logo no início da colonização do País, quando foram criadas as Capitânicas Hereditárias e um português lascivo se apoderou da carne devoluta de negras e índias. Mas é possível que a transformação do Brasil numa espécie de zoológico humano de europeus e norte-americanos — e um dos principais celeiros do turismo sexual no mundo — tenha se agravado em 15 de novembro de 1989, quando a Proclamação da República fez do Brasil uma verdadeira “Banana Republic” (“República de Banana”), termo cunhado pelo escritor norte-americano O. Henry (1862-1910), pseudônimo de William Sydney Porter, no livro *Cabbages and Kings* (“Repolhos e Reis”). A obra trata da fictícia



**O povo brasileiro, que sempre viveu de pão e circo, vai consolidar sua imagem no mundo: a de País do futebol e do carnaval, em que as pessoas são destituídas de cérebro, pois só funcionam da cintura para baixo — as mulheres rebolando e os homens jogando bola**

República de Anchúria, inspirada nas republiquetas despóticas da América Central, especialmente Honduras, onde o próprio William Sidney Porter se escondera antes de ser preso por fraude bancária.

A expressão “banana republic” e seu equivalente “República de Bananas”, em que pese não constar nem no Aurélio nem no Houaiss, foi dicionarizada em língua inglesa e consta do dicionário Collins, publicado desde 1819. Nele, “República de bananas” é definida como sendo um pequeno país hispânico da América Central,

politicamente instável e com uma economia dominada por interesses estrangeiros, geralmente dependente da exportação de um só produto, como as bananas. Conforme observa o bioquímico Gregory Petsko, em artigo a respeito das pesquisas sobre o genoma humano, essa definição é um tanto imprecisa, pois há ditaduras politicamente estáveis. Por outro lado, acrescento, Cuba é uma típica “Republiqueta de Bananas”, em que pese fingir não se curvar a interesses estrangeiros. E o que dizer do Brasil, que também não é um pequeno país his-

pânico e, sim, um quase continente?

#### **Libelo contra a República**

A resposta a essa pergunta está num delicioso livro do ensaísta Eduardo Prado (1860-1901), intitulado *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* (Editora Martins Fontes, 2003), uma reunião de seis artigos do autor publicados na “Revista de Portugal” a partir de dezembro de 1889 e transformados em livro em 7 de setembro de 1890. Trata-se do primeiro libelo contra a República, publicado sob o pseudônimo de “Frederico de S.” no calor

dos acontecimentos que levaram o marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892) do pijama ao trono. Sim, trono mesmo, pois a República no Brasil, como se vê ainda hoje, nunca deixou de tratar seus presidentes como verdadeiros reis, transformando o país num quintal de suas idiossincrasias. Ao inaugurar uma dinastia de generais ditadores, que se revezam no poder com civis populistas, o Marechal Deodoro instaurou abaixo do Equador a maior República de Bananas da história.

É o que mostra Eduardo Prado, descrevendo, com verve, os desmandos de nossos primeiros ditadores fardados. Cidadão do mundo, que morava em Paris e viajava constantemente por toda a Europa, especialmente para Londres e Roma, o aristocrata Eduardo Prado foi amigo do grande

escritor Eça de Queirós (1845-1900) e chegou a inspirar o personagem Jacinto do romance *A Cidade e as Serras*. Ao contrário de seus irmãos Antônio e Martinho, que serviram ao Império e à República, Eduardo Prado não era um político, mas quase foi preso por suas ideias. Não por conta dos artigos de *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, uma vez que estava na Europa quando de sua publicação e, sim, por seu outro livro, *A Ilusão Americana*, publicado em 1893, quando já tinha voltado ao Brasil, que estava sob estado de sítio. Este outro livro é uma crítica aos republicanos que queriam macaquear os Estados Unidos, inclusive no novo nome oficial do País — “Estados Unidos do Brasil”.

Todavia, Eduardo Prado não era anti-americano. Era apenas um realista, que sabia notar as diferenças culturais e

históricas entre os Estados Unidos e o Brasil, percebendo que nem tudo o que é bom para os norte-americanos é bom para os brasileiros. Mas, ao contrário da democrática monarquia de Dom Pedro II, que engolia as catilínias do escritor José de Alencar (1829-1877), a sensível República de Floriano Peixoto (1839-1895), o “Marechal de Ferro”, não aceitava nem esse tipo de crítica e Eduardo Prado, para não ser preso por conta da publicação de “*A Ilusão Americana*”, fugiu a cavalo de sua fazenda no interior de São Paulo. Segundo Octaciano Nogueira, no prefácio de *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, Eduardo Prado, para escapar de seus algozes republicanos, “embrenhou-se na aventura que o levou a cruzar desde os sertões de Minas e da Bahia até Salvador, onde logrou tomar o navio que o levou como emigrado a Portugal”.

#### Jornalistas como “fezes sociais”

Nas críticas de Eduardo Prado é possível perceber que a Proclamação da República não passou de um aborto histórico. Assim como a monarquia já havia abolido a escravidão, outras reformas, como o sufrágio universal, estavam prestes a ser enviadas ao Legislativo para serem votadas. O golpe de estado perpetrado pelo marechal Deodoro da Fonseca foi, na verdade, um retrocesso em todos os sentidos. Começando pela censura à imprensa, cujos jornais eram empastelados e seus jornalistas, presos. O “crime de imprensa” foi comparado ao de “sedição militar” e os críticos do novo regime, mesmo que por meras palavras, foram chamados de “fezes sociais” no Decreto 85-A, editado pouco depois da Proclamação da República. Como nota Marco Antonio Villa, n’*A História das Constituições Brasileiras* (Editora Leya, 2011), essa linguagem abusivamente ditatorial era até então desconhecida nos documentos oficiais do país.

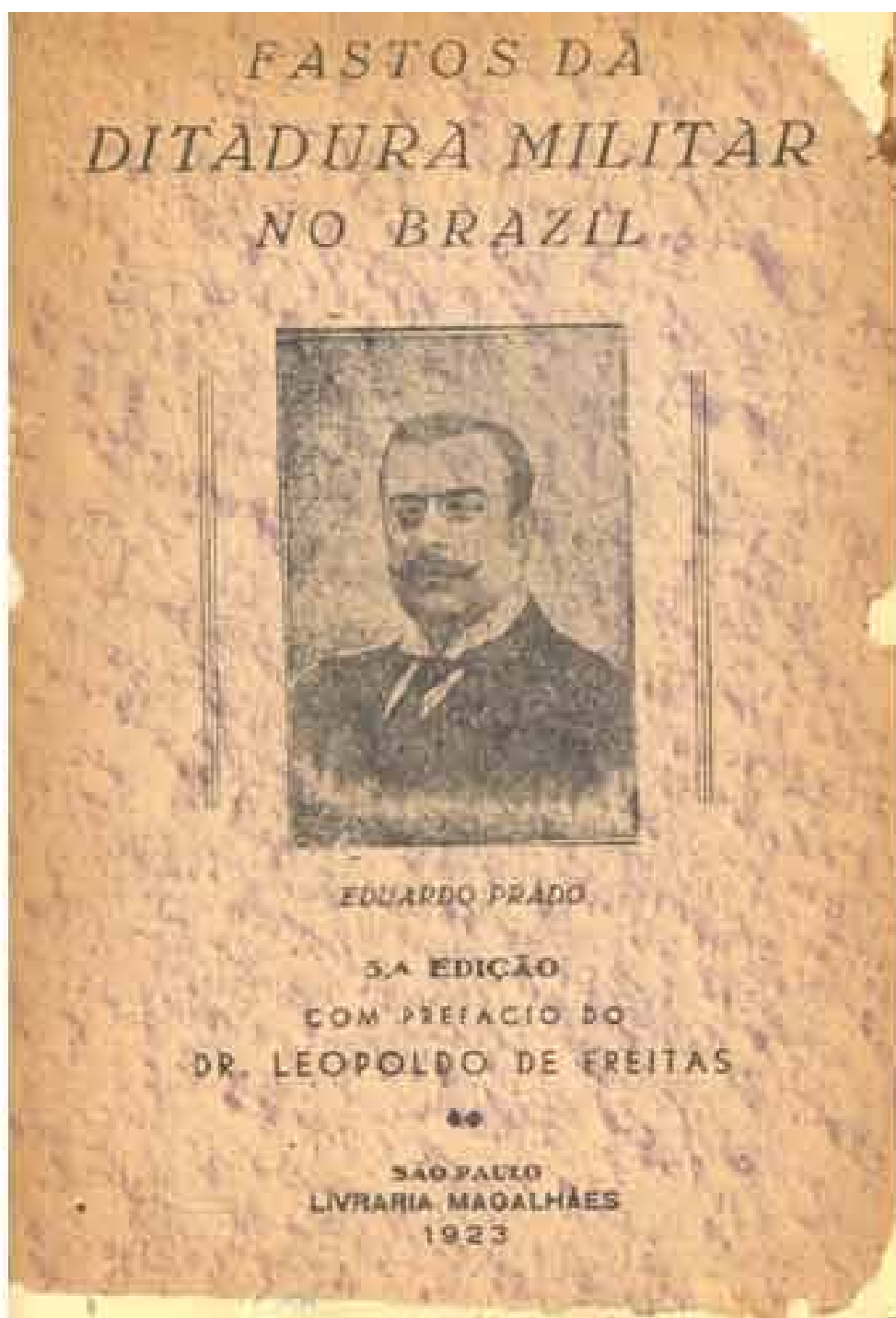
E como seria recorrente na história do Brasil, não faltaram as “vivandeiras de quartel” nos primórdios da República. Rui Barbosa (1849-1923), ministro da Fazenda do Marechal Deodoro, era um deles, apesar de ter sido monarquista até a véspera do golpe de estado de 1889. Eduardo Prado não o perdoa, vergastando o que chama de “bacharelize revolucionária” do an-

tológico jurista: “Os militares, que no dia 15 de novembro necessitaram de alguns bacharéis com boa prosódia para reduzirem a escrita a revolução do quartel, não andaram mal, chamando, entre outros assessores, o sr. Rui Barbosa”. E ironiza a República para inglês ver que Rui Barbosa propagandeava profusamente para a Europa através dos cabos submarinos do telégrafo: “O sr. Rui Barbosa, ministro das Finanças (e, ao que parece, ministro do fio elétrico), tem o telegrama fácil, fluido, longo, monótono, por vezes infeliz e frequentemente contraditório”.

#### Federalismo de fancaria

Premonitório, uma vez que, convém lembrar, escrevia em 1890, no alvorecer da República, Eduardo Prado já alertava o País: “Em todos os países cultos e livres aprende-se nas escolas que todos os poderes são delegações da nação, que o povo é soberano e governa-se a si mesmo por meio dos seus representantes livremente eleitos. À geração nova no Brasil, a ditadura está ensinando que o Exército e a Armada têm o poder de destruir e de constituir governos — aviltante monstruosidade que envenenará por muitos anos a consciência nacional”. E um dos efeitos imediatos desse poder foi o federalismo de fancaria forjado por uma República proclamada no grito, sem quase nenhum lastro social. Como observa Marco Antonio Villa, na última eleição parlamentar do Império, realizada em 30 de agosto de 1889, dos 125 parlamentares eleitos, apenas dois eram republicanos.

Como a República não passava de uma ficção intelectual da religião positivista que vicejava na Corte, quem mais lucrou com ela foram os coronéis dos grotões, que logo aderiram ao movimento. “O temor de que o imperador — ou sua sucessora constitucional, a princesa Isabel — apoiasse um programa de reformas econômico-sociais acabou acelerando o nascimento da República”, afirma Marco Antonio Villa. O historiador acrescenta: “A introdução do novo regime federativo, com a transferência de grande parte dos poderes do governo central para as oligarquias estaduais, propiciou a adesão em massa dos antigos monarquistas. No dia 16 de novembro de 1889 todos eram republicanos”. Ou seja, longe significar uma moderni-



**Fastos da Ditadura Militar no Brasil, uma reunião de seis artigos do autor publicados na “Revista de Portugal” a partir de dezembro de 1889 e transformados em livro em 7 de setembro de 1890, foi primeiro libelo contra a República, publicado sob o pseudônimo de “Frederico de S.”**



zação do país, o advento da República foi um rearranjo dos segmentos atrasados da própria monarquia, apoiados pelos militares.

Eduardo Prado observa, acertadamente, que o civilismo do imperador Dom Pedro II, que não cultivava a caserna, traçou o destino da monarquia. “O imperador Dom Pedro II elevou o nível intelectual de seu país sendo um rei civil. Ora, o Brasil, em vez de uma sociedade, seria hoje um quartel, se o imperador fosse não um rei constitucional, mas um major instrutor coroado. Se, em vez de um rei sábio, o Brasil tivesse durante esse período um soberano soldado que, em lugar das bibliotecas, frequentasse os quartéis, em lugar dos museus e das universidades, visitasse os acompanhamentos e as fortalezas, a monarquia ainda existiria decerto no Brasil. O divórcio do imperador das coisas militares, entendidas à espanhola, foi o que salvou a civilização brasileira, mas foi o que perdeu a monarquia”, escreve o ensaísta.

#### Politização das casernas

Citando o escritor e político francês Alphonse de Lamartine (1790-1869), Eduardo Prado defendia a “obediência passiva” dos militares, isto é, o seu apego à ordem e à disciplina, sem participação política. “Onde não há obediência passiva, surge logo o militar político, entidade cuja presença num país é o mais seguro indício do atraso de sua civilização”. O historiador Marco Antonio Villa explica: “O juízes e militares poderiam ser eleitores e eleitos para qualquer cargo. Isso gerou um sem-número de problemas. Partidarizava as Forças Armadas e o Poder Judiciário e colocava em risco constantemente a lisura das eleições, especialmente nos Estados onde os coronéis exerciam enorme poder político”. Excetuando-se os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os militares chegaram a ser governadores em grande parte dos Estados menores, o que comprova o caráter militarizado da República.

Esse cenário de caserna fez da Constituição de 1891 uma letra morta. A pressão militar era até maior do que a exercida no reinado de Dom Pedro I, quando foi votada a primeira Constituição do País. Se naquele tempo, os irmãos Andrada (José Bonifácio,

Antônio Carlos e Martim Francisco) pediam ao imperador que recuasse as tropas que ficavam nas imediações da Casa legislativa, na primeira Constituinte republicana simplesmente elas estavam dentro do próprio plenário. “O Congresso estava ocupado por soldados à paisana e policiais. Os constituintes militares estavam armados no interior do recinto de votação”, conta Marco Antonio Villa. Ameaçados de ver o Congresso fechado, os constituintes referendaram, com 125 votos, o Marechal Deodoro na primeira eleição republicana, em 25 de fevereiro de 1891. O candidato de oposição, Prudente de Morais, recebeu 97 votos. Nove meses depois, em novembro de 1891, quando a República completava dois anos, o presidente Deodoro da Fonseca fechou o Congresso. Vinte dias depois, ameaçado de golpe por rebeldes do Exército e da Marinha, renunciou ao cargo e o poder foi entregue ao vice-presidente (também militar), o marechal Floriano Peixoto, apesar de a Constituição determinar que deveria ser convocada nova eleição. Mas Floriano Peixoto, “nosso primeiro jurista de espada”, conforme expressão de Marco Antonio Villa, entendeu que o dispositivo constitucional não seria aplicável ao primeiro mandato presidencial, só aos sucessores. A oposição recorreu ao Supremo, mas a ditadura prevaleceu sobre a lei. Joaquim Nabuco (1849-1910), que permaneceu monarquista, escreveu a um amigo republicano, ironizando: “Eu pensei sempre que seria mais fácil embarcar uma família do que licenciar um Exército”.

#### Pantomima de farda

O grau de militarismo da República proclamada pelo Marechal Deodoro num surto de irritação beirava o ridículo. Chegou a ser criado especialmente para ele (e por ele) um posto inexistente no Exército: o de “generalíssimo”. A bizarrice se deu nas comemorações do aniversário de segundo mês do regime, em 15 de janeiro de 1890, quando desfilaram pelas ruas do Rio de Janeiro, em pompa e circunstância, as tropas do Exército e da Marinha (Santos Dumont e os irmãos Wright ainda não tinham inventado o avião, portanto não havia Aeronáutica). O historiador Marco Antonio Villa conta que Serzedelo Correa, secretário de Benjamin



**Eduardo Prado defendia a “obediência passiva” dos militares, isto é, o seu apego à ordem e à disciplina, sem participação política**

Constant (1836-1891), prócer civil da República, açulou os populares a ovacionarem Deodoro com os gritos de “viva o generalíssimo”. O velho marechal gostou da bajulação e, por meio de um decreto, criou para si o referido título, justificando a promoção como resultado da “aclamação popular”. Não satisfeito com a pantomima, Deodoro, que como Benjamin Constant era admirador da Argentina, aproveitou o aniversário da República vizinha, comemorado em 25 de maio, e, celebrando a data, estendeu para todos os ministros civis a patente de “general de brigada”, quatro meses depois de ele próprio se proclamar “generalíssimo”. No decreto, o governo republicano alegou que “honras militares constituem a maior remuneração que excepcionalmente se pode prestar aos beneméritos da pátria, e os ministros civis, por sua dedicação e amor à causa pública, se tornam credores dessa distinção”. Do dia para a noite, Rui Barbosa e seus colegas civis do ministério eram tratados como “generais” pelo “generalíssimo” Deodoro. Eduardo Prado, que narra o episódio, comenta implacável: “Aquilo já não é militarismo, nem dita-

dura, nem república. O nome daquilo é carnaval”. Sem dúvida, uma síntese do Brasil, que permanece atual, haja vista a constante marcha dos desocupados de toda ordem que reivindicam ainda mais direitos. Por isso, o Estado de Direito continua sitiado no país. Não mais pelos militares e, sim, pelos próprios civis, através do autodenominado “movimento social”, que não passa da velha política de cabresto dos coronéis por outros meios. Hoje, milhares de organizações não governamentais — estimuladas pela ONU, apoiadas pelas universidades e financiadas público — ditam a pauta do Congresso Nacional em questões sociais importantes. Elas substituem o eleitor, sem passar pelo crivo das urnas. A famigerada “Lei da Palmada” — aprovada na Câmara Federal sem nem mesmo passar pelo plenário da Casa — é um exemplo desse poder ditatorial. Trata-se de uma absurda tese da ONU encampada pela USP e que será enfiada goela abaixo da população. É a síndrome da ditadura indolor, que finge participação e parece democracia, mas, no fundo, é a pior das tiranias, perpetrando o mal travestido de bem.

## Artigo

# Pátria madrastra

# VIL

*Premiada pela Unesco, Clarice Zeitel, de 26 anos, estudante que termina faculdade de direito da UFRJ em julho, concorreu com outros 50 mil estudantes universitários. Ela recebeu, em Paris, um prêmio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) por uma redação sobre 'Como vencer a pobreza e a desigualdade' A redação, intitulada 'Pátria Madrastra Vil', foi incluída num livro, com outros cem textos selecionados no concurso. A publicação está disponível no site da Biblioteca Virtual da Unesco*

**Clarice Zeitel Vianna Silva**

Estudante de Direito da UFRJ

Onde já se viu tanto excesso de falta? Abundância de inexistência. Exagero de escassez... Contraditórios? ? Então aí está! O novo nome do nosso país! Não pode haver sinônimo melhor para BRASIL.

Porque o Brasil nada mais é do que o excesso de falta de caráter, a abundância de inexistência de solidariedade, o exagero de escassez de responsabilidade.

O Brasil nada mais é do que uma combinação mal engendrada - e friamente sistematizada - de contradições. Há quem diga que 'dos filhos deste solo és mãe gentil.', mas eu digo que não é gentil e, muito menos, mãe. Pela definição que eu conheço de Mãe, o Brasil está mais para madrastra vil.

A minha mãe não 'tapa o sol com a peneira'. Não me daria, por exemplo, um lugar na universidade sem ter-me dado uma bela formação básica. E mesmo há 200 anos atrás não me aboliria da escravidão se soubesse que me restaria a liberdade apenas para morrer de fome. Porque a minha mãe não iria querer me enganar, iludir. Ela me daria um verdadeiro Pacote que fosse efetivo na resolução do problema, e que contivesse educação + liberdade + igualdade.

Ela sabe que de nada me adianta ter educação pela metade, ou tê-la aprisionada pela falta de oportunidade, pela falta de escolha, acorrentada pela minha voz-nada-ativa. A minha mãe

sabe que eu só vou crescer se a minha educação gerar liberdade e esta, por fim, igualdade. Uma segue a outra... Sem nenhum contradição!

É disso que o Brasil precisa: mudanças estruturais, revolucionárias, que quebrem esse sistema-esquema social montado; mudanças que não sejam hipócritas, mudanças que transformem! A mudança que nada muda é só mais uma contradição. Os governantes (às vezes) dão uns peixinhos, mas não ensinam a pescar. E a educação libertadora entra aí.

O povo está tão paralisado pela ignorância que não sabe a que tem direito. Não aprendeu o que é ser cidadão.

Porém, ainda nos falta um fator fundamental para o alcance da igualdade: nossa participação efetiva; as mudanças dentro do corporativo do Estado não modificam a estrutura. As classes média e alta - tão confortavelmente situadas na pirâmide social - terão que fazer mais do que reclamar (o que só serve mesmo para aliviar nossa culpa)...

Mas estão elas preparadas para isso? Eu acredito profundamente



que só uma revolução estrutural, feita dentro pra fora e que não exclua nada nem ninguém de seus efeitos, possa acabar com a pobreza e desigualdade no Brasil.

Afinal, de que serve um governo que não administra? De que serve uma mãe que não afaga? E, finalmente, de que serve um Homem que não se posiciona?

Talvez o sentido de nossa própria existência esteja ligado, justamente, a

um posicionamento perante o mundo como um todo. Sem egoísmo. Cada um por todos.

Algumas perguntas, quando auto-indagadas, se tornam elucidativas. Pergunte-se: quero ser pobre no Brasil? Filho de uma mãe gentil ou de uma madrastra vil? Ser tratado como cidadão ou excluído? Como gente...

Ou como bicho?

## Aniversários

As mais belas declarações de parceria eterna, não seriam o suficiente para reconhecer o quão importante você é para o Instituto Brasil Imperial. Nossa cumplicidade monárquica vai se tornando forte, e como Presidente do IBI me sinto comovido a homenagear os/as Confrades aniversariantes do mês. Feliz aniversário! E que você seja muito, muito feliz!

### FEVEREIRO

Alexander Augusto Afarelli – 18 – Caconde - SP  
 Cacilda Alves de Almeida – 26 – Umuarama – RJ  
 Diego Proffiti Moretti – 03 – São Carlos – SP  
 Enos Francisco Beolchi- 28 – São Paulo - SP  
 Evandro de Jesus Bispo – 23 – Laranjeiras – SE  
 Francisco de Assis da Silva – 09 - Jardim do Seridó – RN  
 Gislene Pascutti – 19 – São José do Rio Preto– SP  
 Jairo Braz de Souza – 03 - São Paulo – SP  
 Jonathan Augusto Costa – 05 - Taubaté – SP  
 José de Arimatéa Nogueira Salvador – 28 - Campos dos Goytacazes – RJ  
 José Joaquim da Silva Neto – 28 – Vitória de Santo Antão – PE  
 Marcos Roberto Ferrari Gonçalves – 13 – São José dos Campos – SE  
 Raíssa Ferro – 23 – São Luiz do Maranhão – MA  
 Sara Rozante – 13 – Pederneiras – SP  
 Victor de Levy Oliveira – 15 – Brasília - DF  
 Wagner Bernardino de Seixas - 02 - São Paulo – SP

### MARÇO

Alex Fessel – 07 – Campinas – SP  
 Alexandre Luckenzy – 27 – Sorocaba - SP  
 AndreLuis Araújo Vidal – 04 – Rio de Janeiro – RJ  
 Antonio Fábio Moura D’Almeida – 08 – Maceió – AL  
 Betisan Barbosa de Lima – 27 – Maceió – AL  
 César Terreri – 26 – São Paulo – SP  
 Daniel Pereira dos Santos – 03 – São Vicente – SP  
 Diego Vieira Araújo Silva – 20 – Campinas – SP  
 Eduardo Paganini – 02 – Santo André – SP  
 Guy Machado – 02 – Rio de Janeiro – RJ  
 Igor Henrique Almeida Carvalho – 17 – Rio de Janeiro – RJ  
 Ivan Tadeu Couto Rojas – 16 – São Paulo – SP  
 Khalil Xavier – 14 – Bauru – SP  
 Marcelo Victor Bezerra Ponciano – 12 – Fortaleza – SP  
 Maria Cecília Goes – 19 - São Paulo – SP  
 Nilza da Silva Nobre – 05 – Bauru – SP  
 Rafael Oliveira – 14 – Salvador – SP  
 Rodrigo de Luna – 07 – Jabotão dos Guararapes - PE  
 Thiago Fernando Piccinini Santanelli Silva – 09 - Floresta – PR  
 Turi Souza – 05 – saquarema – RJ  
 Valdivan Leonardo dos Santos – 20 – Guaranta do Norte – MT  
 William Day Tombini – 07 – Mairiporã - SP

Seu nome não consta como aniversariante, Atualize seu cadastro. Não temos a sua data, sinte-se homenageado também, e gostaríamos que você completasse o seu cadastro para podermos cumprimentá-lo. Se já tem a senha é só acessar e completar os dados no site [www.brasilimperial.org.br](http://www.brasilimperial.org.br)

**Monarquista, anuncie o seu produto ou serviço neste espaço**



## Príncipe visitará Bom Despacho no centenário da cidade

*É a primeira vez que a cidade recebe a visita de um membro de uma Casa Real Dinástica e isto é um feito histórico que deve ser lembrado por júbilo por todos os cidadãos doravante*

A cidade de Bom Despacho, em Minas Gerais, terá a honra de receber nos dias 29 de fevereiro e 1 de março de 2012, ano que celebra seu centenário de emancipação política, a visita de Dom Bertrand Maria José Pio Januário Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orléans e Bragança e Wittelsbach, Príncipe Imperial do Brasil. Bisneto da Princesa Isabel, a Redentora e portanto trineto de nosso último e grande monarca, o soberano Imperador Dom Pedro II, sendo também pelo lado materno bisneto de Luís III, último Rei da Baviera.

Sua Alteza Imperial e Real proferirá a Aula Inaugural do curso de Direito da Unipac que é coordenado pelo brilhante professor Mário Hamdam, conceituado e proeminente advogado militante da comarca de Bom Despacho. As aulas inaugurais do curso de Di-

reito da Unipac tornaram-se tradição por trazerem renomadas autoridades do meio jurídico, fazendo com que os alunos tenham um pensamento de grande amplitude ante aos diversos temas que aludem a área jurídica.

A vinda do príncipe coincide com as celebrações de Bom Despacho no ano que a cidade celebra seu centenário de emancipação política, que se deu no dia 1 de junho de 1912. É a primeira vez que a cidade recebe a visita de um membro de uma Casa Real Dinástica e isto é um feito histórico que deve ser lembrado por júbilo por todos os cidadãos doravante.

É de suma importância que os cidadãos de Bom Despacho se mobilizem como uma grande família para acolher nosso Príncipe! É o encontro da História em solo de Nossa Senhora amada do Bom Despacho!



## Artigo

# Democracia COROADA

**Luís Severiano Soares Rodrigues**  
Economista, pós-graduado em história,  
sócio correspondente do Instituto Histórico  
e Geográfico de Niterói e Artista Plástico

A persistência do ideário monarquista brasileiro se deve a um conjunto e fatores, tais como a certeza de que a república foi a pior desgraça que aconteceu na história do nosso país, e a história e a realidade republicana atual é o corolário dessa certeza.

Outro elemento que sustenta o monarquismo moderno brasileiro é a profunda crença na democracia responsável, que as modernas democracias monárquicas europeias são exemplos irrefutáveis, pois lá encontramos democracias invejáveis, alto padrão de vida dos seus povos, grande liberdade de expressão e modelos de desenvolvimento onde, a constante preocupação com o futuro das novas gerações, engendram ações positivas no presente com vistas à realização de meios para que o futuro possa chegar sem que seus povos não estejam preparados para os seus desafios.

Como consequência disso a educação não é só retórica é uma constante preocupação, assim as escolas por lá formam súditos/cidadãos com alto padrão técnico e crítico, desde a pré-escola até o pós-doutorado, onde a necessidade de estudar faz parte da cultura daqueles povos. Associado a isso, nessas democracias coroadas, os investimentos nas diversas infraestruturas de que um país necessita são levadas a sério, tanto com investimentos públicos quanto privados, então as suas populações desfrutam de condições de saúde, transporte, saneamento básico, além da já mencionada educação, de um alto nível, que para não nos envergonharmos, não devemos comparar com as condições existentes na nossa democráti-

ca república (que por aqui, alguns juraram que foi uma “evolução”).

Esses sucessos acumulados que as monarquias modernas exibem, e em que se inspiram os monarquistas brasileiros com a certeza que estaríamos entre elas não fosse o 15 de novembro, é fruto do aperfeiçoamento de instituições políticas que se completam, quais sejam: A Coroa e o parlamento, onde o Chefe do Estado preparado desde o berço para exercer essa função, e que politicamente está acima dos interesses partidários, posto que seus interesses sejam os interesses permanentes do Estado, e o bem estar do povo é um deles, fazendo assim com que o soberano detenha o poder de harmonizar os conflitos caso eles surjam, de forma que prevaleça os interesses permanentes do país, e a manutenção da democracia é a maior deles.

Então não resta dúvida de que a proposta monarquista brasileira é o de uma monarquia constitucional parlamentarista democrática, essa afirmação se faz necessária dado que nossa experiência ao tratar do assunto, sempre se deparou com um problema, que é: Quando se fala com um de pouca educação formal esta associa monarquia ao conto de fadas, quando se fala em monarquia com uma pessoa que em tese deveria ser mais esclarecida, esta associa o tema a monarquia absoluta. então sintetizando, a proposta monarquista é: Forma de governo monárquica vitalícia e hereditária; Sistema de governo parlamentarista; Forma de Estado federativo; Regime político democracia representativa e participativa. Cabendo ao Imperador chefiar o Estado, o governo será exercido pelo Presidente do Conselho de Ministros,



que será eleito pelo povo, cabendo ao Imperador chamar para formar o gabinete ao líder da maioria eleita pelo voto direto da população, submetendo o novo gabinete ao voto de confiança do parlamento. Essa eleição para a escolha dos representantes será pelo sistema distrital misto, onde os eleitores votam em dois candidatos para deputado federal ou estadual, um candidato pelo distrito, que será uma eleição majoritária ganhando o candidato com a maioria dos votos no distrito, nessa eleição cada partido só tem um candidato por partido, e cada eleito deve satisfações a todos os eleitores do distrito. O outro deputado eleito pelo sistema proporcional, onde as cadeiras se dividem pelo número de votos que os partidos com seus candidatos conseguiram, nesse caso os partidos só poderão apresentar um número de candidatos igual ao número de cadeiras em jogo, p. ex. sendo a representação do estado federativo de 70 deputados, o referido estado terá 35 distritos eleitorais, elegendo majoritariamente 35 deputados e

os outros 35 pela soma dos votos dos eleitores dos 35 distritos proporcionalmente aos votos de cada legenda partidária. Existirá uma cláusula de barreira de um mínimo de 5% dos votos totais num mínimo de 10 estados, para uma legenda conquistar direito a um assento na câmara baixa, para se evitar os partidos personalizados e os partidos de aluguel, e com isso fazer com que os partidos sejam agremiações sérias, com base ideológica, e que busquem se esforçar na sua consolidação através de um trabalho sério de comprometimento com os eleitores. O elemento proporcional na eleição visa a preservação de minorias ideológicas significativas, no entanto, qualquer candidato que eventualmente conseguir votos desproporcionalmente, na eleição seguinte só poderá se candidatar na eleição distrital, isso para evitar o tão comum expediente dos partidos de buscarem celebridades, muitas vezes alheios aos debates políticos, para conquistarem votos e distorcerem a representação.



## Artigo

# DILMA, ISABEL E VITÓRIA

**O que não se sabe, rigorosamente falando, é que Dilma Rousseff não é a segunda, e sim, a quarta mulher que passou a ter um papel relevante em nossa história. A primeira, de direito, foi Dona Maria I, rainha de Portugal, sem condições mentais de exercer o poder, que para cá veio com seu filho regente Dom João VI. A segunda foi Dona Leopoldina, mulher de Dom Pedro I, que assumiu por decreto as funções de chefe de Estado e de governo durante a viagem de seu marido a São Paulo pouco antes de proclamar nossa independência**

**Gastão Reis Rodrigues Pereira**  
Empresário e economista.  
Artigo publicado na "Tribuna de Petrópolis"  
O site é [www.smart30.com.br](http://www.smart30.com.br)

A posse da presidente Dilma Rousseff levou naturalmente à questão de quem teria sido a primeira mulher a governar o Brasil. Não houve como ignorar nossa história do século XIX, sempre que possível apagada pela tradição republicana brasileira, com a presença marcante da princesa Isabel. Suas posições de vanguarda sobre temas que empolgavam a sociedade brasileira na época começam a ser conhecidas do grande público brasileiro, desmistificando aquela figura dominada por uma religiosidade carola. Uma espécie de mulher unidi-

mensional. Nada mais injusto.

Uma mulher capaz de manter uma conversa inteligente, de ser a favor do voto feminino, de dar guarida a escravos fujidos no próprio palácio imperial e que assinou as leis abolicionistas culminado com a Lei Áurea é certamente multidimensional. Inclusive pelo fato de ter sido cuidadosamente preparada para governar tanto pela educação que recebeu como pela prática efetiva como Regente do Império nas três viagens de seu pai ao exterior. Estes três períodos somados dão quase quatro anos, o equivalente a um mandato presidencial. Pedro II teve ainda o cuidado de escrever-lhe um manual intitulado Conselhos à Regente, em que buscava lhe transmitir

sua longa experiência de Chefe de Estado e de governo. Já deu para perceber que ela estava plenamente apta a ser nossa Imperatriz num terceiro reinado, que muito teria contribuído para fazer avançar os direitos femininos e dos ex-escravos, entregues à própria sorte pela república desde 1889.

O que não se sabe, rigorosamente falando, é que Dilma Rousseff não é a segunda, e sim, a quarta mulher que passou a ter um papel relevante em nossa história. A primeira, de direito, foi Dona Maria I, rainha de Portugal, sem condições mentais de exercer o poder, que para cá veio com seu filho regente Dom João VI. A segunda foi Dona Leopoldina, mulher de

Dom Pedro I, que assumiu por decreto as funções de chefe de Estado e de governo durante a viagem de seu marido a São Paulo pouco antes de proclamar nossa independência. Foi ela quem assinou o decreto que nos separava de Portugal em 2 de setembro de 1822 e que participou ativamente de todo o processo incentivando seu marido a romper os laços que nos uniam a Portugal. A terceira foi a princesa Isabel. Só então é que assume esse papel nossa atual presidente. Ela é, sim, a primeira mulher eleita a exercer o poder.

Passemos, agora, ao episódio machista e preconceituoso que deu importante contribuição à proclamação da república, embora o fator de maior



**As posições de vanguarda sobre temas que empolgavam a sociedade brasileira na época começam a ser conhecidas do grande público brasileiro, desmistificando aquela figura da Princesa Dona Isabel dominada por uma religiosidade carola. Uma espécie de mulher unidimensional**

peso tenha sido a quartelada militar. Eu me refiro à figura ilustre de nossa Isabel e seu marido. Ela pagou o preço de ser mulher num mundo machista conservador e ele, por ser estrangeiro. Era comum naquela época, e ainda hoje, a crítica ao conde D'Eu por ajudá-la nos seus despachos de assuntos de governo e de Estado. Seria inadmissível que um francês pudesse se imiscuir nessa seara que deveria ser privativa da futura imperatriz. Algo muito parecido, entretanto, aconteceu com a rainha Vitória da Inglaterra e seu marido, o príncipe Alberto, de origem germânica, ou seja, também estrangeiro. Inicialmente, apesar de muito jovem e inexperiente, a rainha Vitória não queria receber dele nenhum tipo de ajuda no que ela considerava seus assuntos privativos como rainha.

Curiosamente, seu primeiro-ministro, Lorde Melbourne, numa caminhada

ao seu lado pelos jardins do palácio, começou dizendo-lhe que políticos como ele, às vezes, podiam ser sinceros em suas afirmações. A despeito de o príncipe Alberto não simpatizar com ele, e de ter-lhe dito isso cara a cara, o primeiro-ministro aconselhou à rainha a ouvi-lo em assuntos de governo e de Estado, pois se tratava de um homem fiel, competente e disposto a ajudá-la. O conselho foi levado em conta por ela a ponto de colocar a escrivania de trabalho dele de frente e grudada à sua.

A Inglaterra do século XIX era uma potência planetária, um império onde o sol nunca se punha, dominando 33 milhões de metros quadrados do globo terrestre, área bem superior à do império russo de então de 22 milhões de m<sup>2</sup>. Nem por isso, o primeiro-ministro inglês se sentiu ameaçado pelo fato de o príncipe Alberto, estrangeiro, tomar conhecimento dos

assuntos de governo e de Estado da Inglaterra. Lá, essa assessoria informal à monarca foi rotina por muitos anos sem despertar a ira ou a desconfiança do povo inglês. Aqui, foi vista como absurda, ainda que o conde D'Eu também fosse um homem fiel, competente e colaborativo, que certamente prestou relevantes serviços ao Brasil e à princesa sem deixar nenhuma mácula por ter beneficiado outros países ou pessoas. Ao que se sabe, ele estava perfeitamente ciente de seu papel, coisa que Pedro II lhe disse diretamente. A decisão última sempre seria dela. Exemplo concreto: quando ela resolveu implementar o projeto que resultou na Lei Áurea, o conde D'Eu, que havia acabado com a escravidão no Paraguai, na condição de comandante-chefe de nosso exército vitorioso, sugeriu que ela postergasse por algum tempo a assinatura da lei já que, em função de muitas alforrias

e das leis abolicionistas, apenas 5% dos descendentes de africanos ainda eram escravos no Brasil em 1888. Mas ela foi lá e assinou sem titubear. E arrematou, após perder o trono: "Mil tronos houvera e mil tronos eu perderia para dar a liberdade a uma raça". Já deu para perceber o muito que perdemos por não ter tido Isabel I como nossa imperatriz. Em especial, como se sabe hoje, que a qualidade das instituições de um país, principal fator indutor da formação de capital humano, é a causa fundamental de seu desenvolvimento a longo prazo. Quanto à presidente Dilma, cabe desejar que consiga acabar com a miséria extrema em nosso país, como afirmou em seu discurso de posse. Pouco importam as posições político-partidárias diferentes a esse respeito. Este seria um feito memorável, que certamente contaria com o apoio de nossa Isabel I

**Monarquista, anuncie o seu  
produto ou serviço neste espaço**



## Artigo

# Identidade BRASILIS

**É possível considerar uma nacionalidade partindo-se de pressupostos locais e os tornando regra geral? Esquecendo-se das peculiaridades dos demais, em um misto de competição e segregação regional? Não é.**

**Nélson Lilio de Freitas Silveira**  
Bacharel em direito e monarquista Paraense

O carnaval está chegando, um evento que movimentará o país e repercutirá diretamente em uma série de segmentos da sociedade, movimentando até o Estado e envolvendo a grande maioria dos estrangeiros em turismo no Brasil. Mas vale a pena olhar através dos grandes desfiles e festas para ler nas entrelinhas que algo mais profundo pode ser abstraído dele.

Muito se faz em propaganda sobre os desfiles na Sapucaí, das mulatas e do samba, e com isso se atrai os estrangeiros ávidos pela peculiaridade do carnaval brasileiro. Mas espere, carnaval brasileiro? Esse é o modelo homogêneo da festividade que antecede a quaresma cristã no Brasil?

A resposta reside em um perplexo não. Na medida em que se constata a extensão continental do território tupiniquim e a complexa formação cultural da sua sociedade, advinda de dezenas de nacionalidades e grupos étnicos que se conjugaram na composição do indivíduo brasileiro.

Esse exemplo serve de trampolim para se questionar o próprio conceito de nacionalidade brasileira. Há uma vasta gama de culturas brasileiras do Oiapoque ao Chuí, entre as praias nordestinas e a floresta amazônica, e dos aglomerados urbanos de São Paulo até as grandes fazendas do Mato Grosso. Não se pode falar, portanto, em uma nacionalidade homogênea.

Um dos efeitos que se pode elencar para começo de discussão são as manifestações bairristas de alguns dos tradicionais redutos de influência

política. Em que o conceito de Brasil é questionável quanto à cidadania brasileira e elementos dessa cidadania, isto tudo no sentido de identificação nacional.

É possível considerar uma nacionalidade partindo-se de pressupostos locais e os tornando regra geral? Esquecendo-se das peculiaridades dos demais, em um misto de competição e segregação regional? Não é.

Resta uma conceituação técnica e abstrata, responsável inclusive pela trágica concepção de distanciamento entre Sociedade e Estado, cuja resposta é a idéia de que o Brasil é uma colcha de retalhos costurados pelo Estado Brasileiro. Assim, a nacionalidade brasileira serve para atrelar os indivíduos das diversas regiões da nação ao Estado do Brasil, a fim de sustentá-lo e mantê-lo, da mesma forma que se mantém cada um destes indivíduos nas condições em que se encontram.

Essa idéia é facilmente concebível pelas expressões “São Paulo é a máquina que move o Brasil”, “O Brasil vai do Rio Grande do Sul até Santa Catarina, só por causa das Praias” e “Acima de Minas Gerais tudo é Paraíba”, eivadas de preconceito e regionalismos exacerbados, frutos das oligarquias republicanas que derrubaram o Império em 1889 e que mantiveram o país em sucessivas ditaduras ao longo do século XX. Tal constatação é mais decepcionante quando verificamos que essas formas de pensar tiveram como consequência o retardo do processo de desenvolvimento brasileiro em todas as regiões, no momento em que in-

cutiram disputas pelas diferenças locais ao invés de completar as deficiências de cada um, fortalecendo o país e rumando assim para um verdadeiro progresso.

A concepção básica da nacionalidade brasileira, idealizada por um nativo de santos que almejava ver sua terra natal como a resposta a um modelo de sociedade que não respondia aos anseios sociais, está longe de ser alcançada. Uma vez que os necessários planos de integração e reforma projetada por José Bonifácio foram deturpados.

Hodiernamente podemos ver que as forças locais ainda se insurgem politicamente, em uma disputa pelo domínio econômico de uma riqueza que é comum a todos os brasileiros, radicadas em uma capital sem identidade onde são travadas disputas árdidas entre os diferentes sotaques.

Vemos Estados-membros disputando quotas em royalties de exploração petrolífera, resmungando sobre o número de cadeiras na Câmara Federal, e Ministros de Estado beneficiando suas terras de origem enquanto há desastres e mortes em lugares com pouco (ou nenhum) repasse.

Há pouco tivemos aqui no Pará uma amostra dessa desunião Federal, através de um ideal separatista completamente nutrido por interesses oligárquicos, mas que no fundo também era fruto de uma política preconceituosa de investimentos quase nulos na região norte. Onde está o pacto federativo?

Na república velha havia a alternância entre os apadrinhados de São Paulo e Minas Gerais, no Estado Novo Havia

a preponderância dos Gaúchos, e na Ditadura Militar um conluio Carioca com demais grupos do Sudeste. Mas e o Brasil?

O Brasil, na concepção de José Bonifácio era uma pátria unida mais do que pela língua, costumes e colonização, era uma nação que surgiria na argamassa de todas as culturas, fortalecendo-se como uma terra de igualdades e oportunidades. Não se ia uniformizar os povos, mas suas ações e objetivos, a fim de ter-se um verdadeiro pacto federativo Imperial.

Há uma necessidade pungente de se rever muita coisa no Brasil, de se reformar muita coisa. E antes de tudo o principal é a condição de cidadão brasileiro, que deve ultrapassar o DNA familiar ou local de nascimento, e agregar os objetivos de progresso e união idealizados pelo Patriarca da Independência. E para isso, mais do que um presidente, um Imperador ou Imperatriz são elemento fundamental.

Os chefes de governos são passageiros, ao cumprirem seu dever cívico pelo mandato. Já os chefes de Estado devem assumir a ideologia nacional, de união e força, como o primeiro cidadão e supremo oficial. Isso é o começo para um verdadeiro pacto federativo, a passagem de país para Império.

Com essa firme certeza, de verdadeira união no civismo brasileiro, talvez possamos mostrar lá fora que nosso carnaval é o mais rico do mundo e para todos os gostos: com samba, frevo, axé e carimbó – desfiles de rua, em sambódromos, bailes em clubes e muito, muito mais a oferecer.



## Artigo

# Nos dias de hoje ainda existe lugar

# PRINCESAS

*Eu argumentaria que, sob determinado aspecto, o fascínio pelas princesas jamais terminará. Mas eu diria também que o ícone de princesa está mudando. Qualquer mãe de uma menina sabe que aos cerca de três ou quatro anos de idade é provável que a pequena se identifique intensamente com as princesas. Ela gosta de tiaras, de cetros cintilantes, de sapatos brilhantes e de vestidos esvoaçantes de pregas*

**Naomi Wolf**

Escritora, crítica social e ativista política  
Publicado no New York Times e UOL

A imagem parecia muito familiar – a jovem britânica bem vestida, agachando-se com um sorriso radiante, ao lado de uma garota tímida que, apesar de extasiada, ficou intensamente corada. Mas dessa vez tratava-se de Kate Middleton, a nova princesa britânica, que assumiu o manto deixado pela mãe do príncipe William, Lady Diana Spencer. Assim como ocorreu com a sua sogra – cuja morte foi tão lamentada –, o casamento de Kate Middleton foi carregado de fetiches, tendo sido visto e escrutinado por milhões de pessoas em todo o mundo, e a ascensão dela à condição de princesa foi salpicada

pela fantasia da imprensa glamorosa. Mas não haveria algo de estranhamente retrô no que se refere a essa obsessão por Kate Middleton como a nossa nova figura de princesa? Será que nós sequer precisaríamos da categoria funcional de “princesa” em uma época na qual as notícias são ruínas, ninguém acredita em finais felizes de contos de fadas e as mulheres não esperam mais que os sapatinhos de cristal caibam nos seus pés?

Eu argumentaria que, sob determinado aspecto, o fascínio pelas princesas jamais terminará. Mas eu diria também que o ícone de princesa está

mudando. Qualquer mãe de uma menina sabe que aos cerca de três ou quatro anos de idade é provável que a pequena se identifique intensamente com as princesas. Ela gosta de tiaras, de cetros cintilantes, de sapatos brilhantes e de vestidos esvoaçantes de pregas.

E ela se identifica com as princesas do universo Disney que ampliaram esse panteão real a cada geração: Cinderela, cujos pés pequeninos a conduziram ao trono; Anastasia, a princesa secreta cuja realeza era desconhecida até mesmo por ela própria; Bela, que foi descoberta por um príncipe

aprimorado no corpo de uma Fera e que acabou alçada à nobreza. Hollywood atualiza constantemente essa fábula: o primeiro filme da série popular “The Princess Diaries” (“Os Diários da Princesa”) mostra como a ingênua Anne Hathaway, uma aluna de segundo grau mal vestida e de sobrelhas feias, passa a receber aulas de princesa para liderar a mística nação chamada Genovia.

A segunda onda do feminismo desconstruiu a narrativa da Bela Adormecida e outros mitos de princesas, apresentando tais estórias como uma forma de hipnotismo criado para fazer



com que as mulheres sejam seduzidas pelo casamento e a passividade, e estruturados para ensiná-las que as suas vidas reais só têm início com o beijo de um príncipe. Até hoje eu encontro mães feministas horrorizadas ao constatarem como essa narrativa ainda atrai as suas filhas pequenas que foram criadas de uma forma igualitária. Elas me perguntam por que é que as suas filhas têm tal obsessão por serem princesas?

Eu diria a elas que não se preocupassem. As feministas da segunda onda não entenderam bem a questão. Quem analisar atentamente tudo isso perceberá que o arquétipo da princesa não diz respeito a passividade e decoração: ele se refere ao poder e ao reconhecimento do eu verdadeiro. As garotinhas são obcecadas pelas princesas pelo mesmo motivo que os garotinhos são obcecados pelos super-heróis, que eles identificam pelos seus “poderes”.

Em que outro papel feminino uma mulher pode proferir uma sentença e fazer com que o mundo se dobre diante dela? Que outra figura feminina é capaz de comandar um exército, ter acesso a um tesouro ou até mesmo, como nas imagens de Kate Middleton ou de Diana Spencer, simplesmente transmitir, com a sua presença, uma sensação de mágica, empolgação e capacidade de tranquilizar?

As princesas são mais benevolentes do que as estrelas pop, e também menos drogadas; elas são mais poderosas do que Hillary Clinton e Condoleezza Rice, e usam túnicas mais bonitas. Elas são menos descartáveis do que as modelos e pelo menos parecem ser menos estressadas do que as mães trabalhadoras, mesmo quando estas se encontram no topo da hierarquia profissional. Que menina não iria se sentir atraída por tal arquétipo, ao se considerar que há pouquíssimos outros papéis com estas características na nossa cultura popular?

Duas princesas recentes seguiram esse roteiro, tendo desempenhando, de forma própria, aquele que foi um trabalho pioneiro. A princesa Diana foi analisada durante décadas, mas são poucos os que dão a ela o crédito devido por ter sido uma autêntica subversiva em relação ao sistema de classes britânico. Como ela era tão

convencionalmente bonita e não tão convencionalmente educada, a forma como transmitia a sua mensagem é considerada acidental ou instintiva – mas eu acredito que ela raciocinava de forma cuidadosa e analítica.

Em um momento no qual o Reino Unido apresentava uma estratificação de classe ainda mais rígida do que hoje, Diana defendia famílias que viviam em conjuntos habitacionais e jovens desempregados. Ao rejeitar a exclusividade da “alta cultura” para a monarquia e as elites, ela apoiou concertos de Elton John e do Wham! Em uma época em que pacientes de Aids eram desprezados, ela se fez fotografar abraçando-os. Quando os cidadãos muçulmanos britânicos eram tidos como “falsos britânicos”, ela, como mulher solteira, namorou de forma provocadora o mais bonito e rico deles.

Eu acredito que Diana sabia que o Reino Unido e as suas elites teriam que mudar para que o país entrasse em uma relação autêntica com o mundo e a história, e ela atribuiu à sua própria persona, de uma forma Wildeana, as tarefas de conduzir e encarnar essa mudança. Ela travou uma espécie de guerra de consciência e semiótica contra o status quo estático. É bom lembrar que ela entendeu – da mesma forma que as suas predecessoras, igualmente conscientes, Elizabeth I e Vitória – o poder que tinha.

Elizabeth I usava as suas túnicas e joias, a sua tez esbranquiçada e a testa raspada, o seu séquito e aquilo que chamaríamos de o seu poder de estrela, para enviar mensagens políticas importantes relativas ao papel colonial da Inglaterra, ao seu próprio status incontestável e alegorizado de “rainha virgem” e à legitimidade do seu reinado. A Rainha Vitória usou a sua “marca” de maior figura arquetípica materna do país, esposa devota, juíza da respeitabilidade e protetora do bem-estar público, para mandar mensagens relativas à estabilidade social do Reino Unido durante um período de grandes crises referentes a reformas; para legitimar as agitações da era industrial e suavizar os choques provocados por esta; e para diferenciar a sua monarquia, com os seus valores burgueses domésticos, dos libertinos e adúlteros reais que a precederam. Diana deu continuidade à tradição

da realeza feminina britânica usando as armadilhas da beleza, das roupas sofisticadas ou de imagens mais populares domesticamente para alcançar furtivamente metas políticas substanciais.

Entra agora em cena Kate Middleton: por que toda a agitação? De certa forma, Middleton assume, conforme todos reconhecem subliminarmente, a missão bastante radical da sua sogra, legitimando tal missão e deslocando-a para uma geração para o futuro – em um Reino Unido que se modificou bastante da forma que Diana desejava e planejava. Kate é a princesa de um Reino Unido bem mais inclusivo e multiétnico, e socialmente mais homogêneo.

### Mobilidade social

A própria história de aspirações de classe média da família Middleton – o bisavô dela foi mineiro de carvão – revela um Reino Unido de maior mobilidade social do que aquele que Diana conheceu. A forma como Kate interage com pessoas de todas as classes, no seu papel real, lembra à primeira vista Diana – mas o jeito de Kate é isento daquela condescendência que até mesmo Diana, na sua fase mais igualitária, foi incapaz de descartar. Muito tem se falado a respeito do estilo de moda de Kate Windsor e da sua irmã Pippa Middleton, um misto de estética de classe média e alta. Mas isso é mais do que uma simples análise desse estilo; a discussão reitera que existe uma mistura de classe média e alta em andamento, sob o aspecto cultural, e talvez até mesmo genético, no Palácio de Buckingham. Irá Kate fazer coisas mais ousadas e notáveis do que simplesmente inserir um frescor tranquilizante, uma abertura social e um clima de classe média no universo da realeza? Pouco importa. De certa forma haverá maior efetividade se ela simplesmente prosseguir com aquilo que já conseguiu fazer com sucesso até este momento: trazer para dentro dos portões da realeza valores do “cidadão comum” britânico como o trabalho árduo, o autoaperfeiçoamento e a ausência de pretensão, sem chamar muita atenção para a subversão implícita neste ato.

Será que nós deveríamos nos preocupar, como as mães feministas, quando as nossas filhas voluntárias ficarem

obcecadas pelas princesas? De jeito nenhum. A descrição dessa função mudou. Nos dias de hoje as princesas não são mais simples damas aristocráticas que saboreiam refeições refinadas.

De fato, atualmente as princesas agem de forma condenável – conforme ocorre frequentemente com Fergie – e dão a impressão de serem amostras de “eurotrash” (termo pejorativo utilizado para designar europeus ricos e arrogantes) que esperam ser apoiadas devido à suas conexões sociais, em vez de trabalharem como o resto das mulheres. Hoje em dia ser princesa significa trabalhar duro. As princesas atuais estão visivelmente desempenhando várias tarefas, assim como o resto das mulheres trabalhadoras, casadas ou solteiras. Talvez a reação reflexa de desaproveitar as princesas seja meio ultrapassada. Ao mesmo tempo, talvez as atenções mundiais tenham se concentrado tanto na princesa britânica porque as outras princesas não se saíram tão bem recentemente: a princesa Masako, do Japão, uma poliglota formada pelas universidades de Harvard e Oxford, que trabalhou como corretora de comércio internacional, achou o papel de princesa difícil: ela demorou oito anos para gerar um herdeiro – na verdade, uma herdeira –, raramente se engaja em atividades relativas à vida pública e sofre de estresse crônico.

A filha mais velha do rei da Tailândia abriu mão do seu título real para casar-se com um plebeu norte-americano, mas ela agora está divorciada e retornou ao país natal, em uma trajetória que não se coaduna com os contos de fadas. A terceira e atual mulher do irmão dela, que herdará o trono tailandês, é uma princesa grosseira: um vídeo caseiro que circula pela Internet mostra a princesa comemorando o aniversário do poodle do príncipe, com os seios à mostra.

O vídeo não se constitui exatamente em um “momento Cinderela”. A mais conhecida narrativa relativa a uma princesa da Arábia Saudita é uma história de horror: em 1977, por ordem do seu avô, Misha'al bint Fahd al Saud foi executada aos 19 anos de idade por, supostamente, ter cometido adultério. Tendo em vista todos esses contratempos nas vidas de princesas de verdade, não é de se surpreender

que uma história que se adeque ao arquétipo vire o centro da atenções. Isso ocorre porque, mais importante do que o papel “real” de uma princesa é o papel arquetípico, e até mesmo junguiano, desempenhando por ela. Afinal de contas, o que fazem todas aquelas princesas do mundo Disney? Elas estão ocupadas em ser heroínas das suas próprias vidas. Em um confronto assustador, Anastasia mata o

maligno Rasputin, e salva a Rússia. Mulan ajuda a derrotar os conquistadores hunos, salvando assim também a sua família e o seu país. Bela liberta o seu escravizado príncipe da maldição de um encantamento. Em “The Princess Diaries” é a força interna e a graça da personagem de Anne Hathaway, e não apenas a sua postura e beleza, que a avó dela desenvolve.

Até mesmo a ligeiramente irritante Cinderela do desenho animado de 1950 não é assim tão ruim, se nós percebermos que os sapatinhos de cristal cabem no seu pé porque ela é bondosa para com as pequenas criaturas – e não cabem nas suas irmãs de criação não tanto porque estas sejam “feias”, mas sim porque elas são desalmadas. É interessante que quando as fábulas são cheias de nar-

rativas reais de poder, assertividade e heroísmo feminino, elas são lidas mesmo assim como se fossem referências à beleza e à passividade. Não se preocupe se a sua filha de cinco anos de idade insistir em usar um vestido cor-de-rosa de princesa. Isso não significa que ela deseja virar uma nulidade, mas sim que a menina quer conquistar o mundo, o que para ela é suficiente.

## Artigo

# Os Guardiões da

# Egrégora

**Hoje sou Professor de História, amo minha profissão, e leciono aos meus alunos do Ensino Médio uma História do Brasil menos falseada e comprometida ideologicamente. Eles conhecem um Brasil Império, por exemplo, que poucos sabem ter existido**

### Rodrigo Cavalcanti Felipe

Quando eu era garoto, assim como muitos jovens, não gostava muito do Brasil. Aprendi com um Professor que não era bem do “Brasil” que eu não gostava...

Hoje sou Professor de História, amo minha profissão, e leciono aos meus alunos do Ensino Médio uma História do Brasil menos falseada e comprometida ideologicamente. Eles conhecem um Brasil Império, por exemplo, que poucos sabem ter existido. É assim que vou fazendo minha parte.

*Costumo perguntar aos meus alunos no primeiro dia de aula:*

*- Quem aqui não gosta do Brasil?*

*Sempre há aqueles que levantam as mãos. É quando indago a cada um o motivo da antipatia pela Pátria. As respostas são quase sempre as mesmas:*

*- Ahh Professor, muita corrupção!*

*- Muitos impostos!*

*- Não temos segurança, saúde nem educação pública de qualidade...*

*E aí venho com o argumento do qual já fui alvo: Isso NÃO é o Brasil!*

A situação política, econômica, social, futebolística e de qualquer outro âmbito do BRASIL atual, NÃO é o Brasil... São apenas situações... O Brasil é muito mais que isso... O Brasil vem desde nossos indígenas... O Brasil é cheio de verdadeiros heróis! Nosso REAL Brasil foi construído em alicerces firmes, que crises morais republicanas não conseguirão derrubar. Nosso país tem uma EGRÉGORA belíssima!

“Egrégora” pode ser compreendida como a “somatória de energias mentais criadas por grupos, ou agrupamentos, que se concentram em virtude da força vibratória gerada ser

harmônica.” Em outras palavras, a força mental produzida pelos bons sentimentos de vários, convergidos no Um. A Egrégora não morre enquanto existirem os que aprendi a chamar de “Guardadores das Egrégoras”.

Nossa Egrégora Nacional foi criada com o esforço e bons sentimentos de muitos brasileiros, conhecidos ou anônimos, letrados ou não, mas que emprestaram ao Brasil em determinado tempo suas energias positivas, seu Amor incondicional à Pátria, seu respeito às Tradições, sua hombridade... O Brasil sempre teve e sempre terá pessoas de caráter que lutaram e continuarão a lutar pelo que é justo, ainda que rodeado de injustiça. Sempre haverá de existir quem prefira a honra aos que são corruptos. A qualquer tempo estará entre nós os que possuem grandeza de Espírito, para seguir com a responsabilidade de ensinar, através do exemplo, aos que agem com pequenez.

Quando você pensar em desanimar, lembre-se que você é responsável por manter a Egrégora do País viva! Ela vive em cada um que conhece nossa verdadeira História. Ela vive em cada sentimento e ato de Amor pelo País!! Atualmente, a Egrégora Nacional é vilipendiada por muitos... Mas enquanto houver pessoas dispostas a erguê-la, nenhuma das pedras a atingirá. Pois ela está muito além dos pequenos espíritos.

O Brasil não há de se findar... Pelo contrário, por piores que sejam as tempestades, eu acredito que um dia a Egrégora Nacional estará novamente representada no mais alto escalão do governo. E quando este momento chegar, meu corpo estando presente ou não, sei que terei sido útil por ter sido, ainda que brevemente, um dos vários Guardiões da Egrégora.

O verdadeiro Brasil é intocável para os que não o conhecem! E um dia... toda e qualquer crise moral acaba.

**Monarquista, anuncie o seu produto ou serviço neste espaço**



## Patrimônio



# Igreja Matriz em Congonhas será restaurada

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Paróquia Nossa Senhora da Conceição assinaram em 5/12/11 um acordo para a restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, localizada em Congonhas/MG. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) participou das negociações e irá atuar no acompanhamento do processo de restauração do templo.

Tombada pelo patrimônio histórico municipal e federal individualmente em 1950, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi erguida em 1734. A edificação possui em sua fachada imagens de anjos esculpidos em pedra-sabão por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Considerada de valor histórico, cultural e arquitetônico, a igreja apresenta vários problemas estruturais, segundo análise feita pelos técnicos do Iphan-MG.

Para recuperar a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, serão disponibilizados cerca de R\$ 1 milhão. O recurso vem de um acordo firmado pelo MPMG com uma empresa mineradora que atua na cidade. A quantia faz parte de medidas compensatórias referentes a passivos ambientais dessa empresa.

Pelo acordo, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição deverá contratar os serviços da obra e formar uma equipe para acompanhar a reforma e fazer a prestação de contas. Deverá também acatar as orientações técnicas expedidas pelo Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Congonhas, Sr. João Carlos Cruz de Oliveira, e executar o projeto de restauração em até 24 meses. Foram quase dois anos de negociação e conversas até a assinatura do acordo. A população da cidade vive um momento singular, pois ver que

a vontade de fazer e a junção de esforços do Poder Público, da Paróquia (proprietária do templo), Iphan e iniciativa privada farão a diferença para todos, e em dois anos, eles terão sua Matriz restaurada.

### Confirmam o cronograma:

Dia 17 de Fevereiro

Lançamento do edital para Contratação de pessoa jurídica especializada para proceder à execução de obras de restauração arquitetônica e estrutural na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, situada na Praça Sete de Setembro, s/nº, Bairro Matriz, Congonhas - MG.

A documentação estará disponibilizada no site da PARÓQUIA Nª Sª DA CONCEIÇÃO: [www.nossasenhoraconceicao.com.br](http://www.nossasenhoraconceicao.com.br).

Demais contatos: SECRETÁRIA DA PARÓQUIA Nª Sª DA CONCEIÇÃO.

08h às 17hs. Sábado: 08h às 11hs.  
Tel.: (31) 3731-1390

Dia 23 de Março de 2012

Entrega e Abertura dos Envelopes das empresas concorrentes à restauração arquitetônica e estrutural da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Divulgação do resultado do certame.

26 à 30 de Março de 2012

Prazo para que as Empresas concorrentes apresentem recursos.

30 de Março de 2012

Assinatura do contrato para execução das obras.

10 de Abril

Missa Solene

11 de Abril

Início das Obras de Restauração Arquitetônica e Estrutural na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição



# A Princesa Dona Isabel

## Matheus Pereira Gonçalves

Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Gonzaga de Bragança, nasceu no dia 29 de Julho de 1846 no Palácio São Cristóvão no Rio de Janeiro. Filha do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Dona Tereza Cristina De Bourbon – Duas Sicílias. Tendo como Avos Paternos O Imperador e Rei de Portugal Dom Pedro I e a Imperatriz Leopoldina de Habsburgo-Lorena e como avos Maternos Francisco I das Duas Sicílias e de Maria Isabel de Bourbon. Segunda Filha de Dom Pedro II, foi chamada de “A Redentora” por ter sancionado a Lei do Ventre Livre(1871) e a Lei Áurea (1888). Por três vezes Regente do Império Brasileiro. Pelo falecimento do primogênito, D. Afonso aos dois anos de idade(1847), ficou sendo herdeira presuntiva do trono brasileiro. Agravando o Estado de Saúde do Imperador (1887), tornou-se alvo da propaganda antimonárquica, iniciada com a representação da Câmara municipal de São Borja, pedindo a realização de um plebiscito, a fim de que a nação se pronunciasse acerca do III Reinado, “sendo a herdeira do trono uma princesa fanática casada com um príncipe estrangeiro”

